



GT 20. Big data e thick data: pensando o lugar da antropologia digital

Coordenador(es):

Débora Krischke Leitão (UQAM - Université du Québec à Montréal)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Raíra Bohrer dos Santos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Jair de Souza Ramos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3

Debatedor/a: Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)

Nos últimos anos, eventos políticos importantes foram concebidos e produzidos utilizando a mineração e análise de dados nas redes e motores de busca. Dados estes, pertencentes a milhões de usuários que tiveram suas informações vasculhadas, roubadas e utilizadas através de metodologias específicas por governos, partidos políticos, think tanks e empresas privadas. Para além das crises políticas e éticas desencadeadas, a euforia em torno dos “big data” reforçou a idéia implícita de que essas metodologias de pesquisa e análises utilizadas não deixariam mais lugar para outras abordagens qualitativas. Debates em torno dos “thick data” surgiram como reação a essa perspectiva, propondo que abordagens mais etnográficas das plataformas digitais são necessárias para dar conta de uma cultura digital diversificada, ao mesmo tempo global/local, incorporando a dimensão das emoções, da experiência e do significado. O presente GT tem interesse especial em reunir pesquisas etnográficas sobre diferentes modos e estilos de envolvimento com as plataformas digitais enfatizando a produção de subjetividades e exercícios imaginativos de experimentação nos cruzamentos e hibridizações com a tecnologia. As plataformas digitais divergem entre si quanto aos modos de uso e de relacionamento - participação, interação, engajamento, conexão, presença, envolvimento, imersão, incorporação -, ao mesmo tempo em que tornam a rede heterogênea, criando obstáculos às generalizações e reduções.

Sofrimento ético-político nas redes: o poder algorítmico e sua repetição perversa

Autoria: Mario Felipe de Lima Carvalho (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

O processo eleitoral de 2018 foi marcado por um forte conteúdo afetivo associado a diferentes figuras e/ou posicionamentos políticos. Entre as diversas idiosincrasias do recente pleito, o espaço que ódios, paixões e medos políticos tomaram no processo político foi de dimensão sem precedentes na história recente do Brasil. Após o resultado eleitoral, diversas postagens nas redes sociais da internet relatavam estados de pânico, de tristeza profunda, de medo de sair às ruas, para mencionar os mais recorrentes. Notícias de agressões e ameaças a diferentes minorias sociais vindas de supostos apoiadores do candidato eleito aumentavam a sensação de insegurança e o sofrimento com a possibilidade de ser alvo do ódio e da intolerância ética e política. O objetivo dessa proposta é pensar justamente a produção do sofrimento ético-político no contínuo online/offline. De um lado, faço uma releitura frankfurtiana do conceito de sofrimento ético-político proposto por Bader Sawaia em diálogo com Spinoza. E por outro lado, parto da proposição de Jair de Souza Ramos da existência de um poder algorítmico (em paralelo com a proposta de poder de Foucault) como um elemento



organizador da sociedade de consumo contemporânea. Assim o poder algorítmico também é produtivo. Ele produz desejos, afetos, subjetividades, e, claro, capital. Se a repetição de marcas, ofertas de passagens e hospedagens, pontos turísticos, visa produzir o desejo pelo consumo de determinado destino de viagens, ele também produz sofrimento na medida em que os conteúdos repetidos são de mortes, de miséria, de injustiça, etc. O poder algorítmico hiperboliza desejos visando o consumo. Como contra-efeito, hiperboliza medos, tristezas e sofrimentos. Uma repetição que visa o consumo, uma repetição que teria como significante mestre a mercadoria, que não esquecendo de Marx, é um fetiche. Numa aproximação já comum entre Marx e Lacan, é possível pensar o fetiche da mercadoria como significante mestre de uma repetição perversa nos compele ao esquecimento de outras relações. Repetição reificante que objetifica e instrumentaliza sujeitos e relações sociais. Aqui prefiro seguir na releitura de Axel Honneth do conceito de reificação como esquecimento. A reificação é o esquecimento de relações de reconhecimento que se processa de diversas formas nas redes (que as filhas dos ministros do STF sejam todas estupradas, bradou o ódio reificante de uma advogada bolsonarista). Por outro prisma, também seria possível pensar nessa repetição como uma repetição neurótica, ou melhor, neurotizante. Quantas vezes Marielle Franco foi assassinada? Quantas vezes gritamos Ele Não? Quantas vezes ninguém nos escutou? O eterno retorno da injustiça, da indignação, do grito não ouvido, do silêncio aterrador; o retorno do algoritmo recalcado.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: